

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.509 - SP (2020/0257282-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : OMEGA AIR CARGO EIRELI
OUTRO NOME : OMEGA AIR CARGO LTDA
ADVOGADO : GEAN KLEVERSON DE CASTRO SILVA - SP332194
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : FELIPE ABRAHÃO VEIGA JABUR - SP101184
S

JOSÉ MARCOS MENDES FILHO - SP210204

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por OMEGA AIR CARGO EIRELI contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO FISCAL ICMS NOVA OPOSIÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ EXECUTIVIDADE PRETENSÃO QUE VISA NO SUBSTANCIAL ANULAR AS CERTIDÕES DE DÍVIDA ATIVA EM RAZÃO DA APLICAÇÃO DE JUROS MORATÓRIOS EM PERCENTUAIS SUPERIORES À SELIC REJEIÇÃO DO INCIDENTE EM PRIMEIRO GRAU MATÉRIA JÁ TRATADA NOS AUTOS E NA AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL N 10058723820168260577 INADEQUADA A REDISCUSSÃO DA QUESTÃO POSTA PELA RECORRENTE MANUTENÇÃO DA REJEIÇÃO COM OBSERVAÇÃO PARA A EFETIVA RETIFICAÇÃO DOS JUROS MORATÓRIOS DETERMINADO NA AÇÃO ANULATÓRIA E O RESPEITO AOS PERÍODOS DE SUSPENSÃO EM RELAÇÃO AO SUPOSTO CARÁTER CONFISCATÓRIO DA MULTA IMPOSTA EXSURGE A INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA PARA SUA DISCUSSÃO MATÉRIA A SER ARGUIDA EM SEDE DE EMBARGOS À EXECUÇÃO R DECISÃO MANTIDA RECURSO IMPROVIDO COM OBSERVAÇÃO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 202, II, do CTN, no que concerne à falta de liquidez das CDA, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Pois bem. A nobre relatoria, responsável pelo v. acórdão

guerreado, argumentou que as CDA's juntadas pela Fazenda do Estado de São Paulo, com exceção das de n.ºs 1.199.493.000 e 1.207.029.022, não contrariam o disposto no art. 202, inciso II, do Código Tributário Nacional.

Pois bem. Destacou-se, no Agravo de Instrumento Interposto, que os valores informados nas CDA's estão abusivos e, além disso, não consta o demonstrativo de cálculo.

A ausência do demonstrativo de cálculo fere, indubitavelmente, o artigo 202, inciso II, do Código Tributário Nacional.

Sendo assim, entende-se que o v. acórdão não considerou as alegações contidas no Agravo de Instrumento, mormente no que tange ao somatório (juros) das CDA's de n.ºs 1.141.610.580, 1.141.610.591 e 1.202.722.140 e a ausência do demonstrativo de cálculo (fls. 84/85).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 2º, § 5º, II e IV, da LEF, no que concerne à ausência de demonstrativos de cálculos que deram origem ao valor cobrado, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Excelências, os valores excessivos, constantes nas CDA's de n.ºs 1.141.610.580, 1.141.610.591 e 1.202.722.140, configuram um verdadeiro desrespeito ao artigo 2º, § 5º, incisos II e IV. A cobrança em excesso, sem o devido demonstrativo de cálculo, faz com que o contribuinte assumira uma dívida impagável.

Abordou-se, exhaustivamente, em sede de Agravo de Instrumento, a majoração injustificada nos valores contidos nas CDA's, contudo, o Nobre Relator entendeu que os referidos títulos estão em plena consonância com a legislação vigente.

Todavia, conforme exposto acima, entende-se que as CDA's devem conter, no mínimo, os demonstrativos de cálculos aos quais deram origem ao valor cobrado, conforme preceitua o artigo 2º, § 5º, incisos II e IV da Lei de Execuções Fiscais (fl. 87).

O recurso especial também foi interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional, alegando-se a falta de liquidez das CDA, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Ora, Excelências, entende-se que as CDA's apresentadas pela Fazenda Estadual do Estado de São Paulo encontram-se eivadas de vícios, de modo que as tornam inexigíveis, conforme consta no artigo 202, inciso II, do Código Tributário Nacional.

O relator do v. acórdão, por sua vez, argumentou que as referidas CDA's não desafiam os preceitos dos artigos 202 e 204, do Código Tributário Nacional. No entanto, entende-se que a referida decisão fere o artigo 202, inciso II, do próprio Código Tributário Nacional, razão pela qual apresenta o presente

Recurso Especial para sanar tal divergência (fl. 85).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira e segunda controvérsias, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Conforme decidido na ação anulatória de débito fiscal nº 1005872-38.2016.8.26.0577, cuja r. sentença transitou em julgado aos 13.12.2016, foi dada parcial procedência aos pedidos para afastar a incidência da Lei Estadual nº 13.918/09, de modo a limitar os juros moratórios à Taxa SELIC, determinando-se à FESP a retificação das CDAs objeto da lide. Determinou ainda o cancelamento dos protestos lavrados e a exclusão do nome da autora do CADIN e/ou SERASA em relação às CDAs discriminadas na inicial.

Ora, naquela lide foi dirimida a questão da não incidência dos juros moratórios estabelecidos pela Lei Estadual nº 13.918/09, determinando-se a sua limitação à Taxa SELIC, com aferição do correto valor por meros cálculos aritméticos, sem a anulação das CDAs.

Desta forma, observa-se que os títulos vergastados, ao menos em seu aspecto formal, não desafiam os preceitos dos artigos 202 e 204, do CTN, como também do art. 2º, parágrafos 5º e 6º, da Lei nº 6.830/80 (fls. 73/74).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Quanto à terceira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, pois, a despeito de ter sido apontada a alínea "c" do

Superior Tribunal de Justiça

permissivo constitucional, a parte recorrente não indicou expressamente o acórdão tido por paradigma, o que impede eventual análise da divergência de interpretações.

Nesse sentido: “Nas razões do recurso especial, não foram apresentados acórdãos paradigmas para a comprovação do alegado dissídio jurisprudencial a respeito da configuração do dano moral. Tal deficiência impede a abertura da instância especial, nos termos da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, neste Tribunal”. (AgRg no AREsp 728.706/RJ, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 13/10/2015.)

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp 1.019.207/SC, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgRg no AREsp 545.856/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 19/2/2015; e AgRg no AREsp 431.782/MA, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/5/2014.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente